

# Mais de 60% dos hospitais fiscalizados oferecem risco ao exercício da Medicina e à segurança do paciente

Págs 6 a 12



EM 2018

**CRM-PB empossa novos conselheiros e diretores**

Pág 3

ASSEMBLEIA

**Relatório de gestão é aprovado por unanimidade**

Págs 5

ELEIÇÕES CFM

**Representantes serão escolhidos em agosto**

Págs 11



## LENIÊNCIA E (IN)SENSIBILIDADE

A saúde da população vai muito mal. São problemas em todas as áreas: oncologia, pediatria, maternidades, UPAS, PSFs e hospitais de urgência. O CRM-PB tem fiscalizado como nunca. O que temos encontrado, infelizmente, é um sistema de saúde precário, que não funciona e que expõe os profissionais de saúde e, sobretudo, a população, ao risco.

Para atender bem à população, é preciso melhorar com urgência a infraestrutura e as condições de trabalho. Hospitais e unidades de pronto-atendimento vivem superlotados, geram insatisfação e mau atendimento.

Vivemos diariamente o dilema de interditar hospitais para não expor médicos e pacientes ao risco e, nestes casos, sem opção de tratamento, para onde eles irão? Infelizmente, os gestores parecem contar com a nossa sensibilidade para con-

tinuarem lenientes.

O que mais precisa piorar para que se estanque a hemorragia na saúde pública?

Cresce o número de indicadores negativos, como as taxas de mortalidade materna e de sífilis congênita.

Consoante à Constituição Federal, Art. 196 "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação", lembramos que esses direitos individuais em saúde precisam ser respeitados e para preservá-los é necessário mais investimentos e fortalecimento do sistema de Saúde.

Há quanto tempo os entes públicos não investem em infraestrutura, em condições dignas de

trabalho, nem fazem concurso na área da saúde?

Dividimos a nossa preocupação com Ministério Público, Governador do Estado, Prefeitos e Secretários de Saúde das maiores cidades da Paraíba. Externamos na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de João Pessoa todos esses graves problemas.

O CRM-PB apela para que a sociedade e os poderes constituídos se unam para encontrar soluções.

Final, a saúde tem remédio .... e merece respeito!



Av. Dom Pedro II 1335 - Centro  
João Pessoa - PB - Cep: 58040-440  
Fone: (83) 2108-7200 Fax: (83) 2108-7215  
E-mail - crmpb@crmpb.org.br  
Site: www.crmpb.org.br

### CONSELHEIROS

#### Efetivos

Álvaro Vitorino de Pontes Junior  
Antônio Henriques de França Neto  
Bruno Leandro de Souza  
Dalvílio de Paiva Madruga  
Débora Eugênia Braga Nóbrega Cavalcanti  
Diogo de Medeiros Leite  
Emerson Oliveira de Medeiros  
Fernando Salvo Torres de Mello  
Flávio Rodrigo Araújo Fabres  
Gustavo Ithamar Souto Maior  
João Alberto Moraes Pessoa  
João Gonçalves de Medeiros Filho  
João Modesto Filho  
Jocemir Paulino da Silva Junior  
Klecius Leite Fernandes  
Luciana Cavalcante Trindade  
Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes  
Roberto Magliano de Moraes  
Valdir Delmiro Neves  
Walter Fernandes de Azevedo  
Wilberto Silva Trigueiro

#### Suplentes

Ana Karla Almeida de Medeiros Delgado  
Arlindo Monteiro de Carvalho Junior  
Arnaldo Moreira de Oliveira Junior  
Cláudio Orestes Brito Filho  
Felipe Gurgel de Araújo  
Francisco Antônio Barbosa de Queiroga  
Gláucio Nóbrega de Souza  
Guilherme Muniz Nunes  
Heraldo Arcela de Carvalho Rocha  
Jânio Cipriano Rolim  
José Calixto da Silva Filho  
Juarez Carlos Ritter  
Marcelo Gonçalves Sousa  
Marcio Rossani Farias de Brito  
Mário de Almeida Pereira Coutinho  
Mário Toscano de Brito Filho  
Og Arnaud Rodrigues  
Philippe Oliveira Alves - 7577  
Ricardo Loureiro Cavalcanti Sobrinho  
Umberto Joubert de Moraes Lima  
Wagner da Silva Leal

### COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Presidente: Roberto Magliano de Moraes  
1º Vice-Presidente: Antônio Henriques de França Neto  
2º Vice-Presidente: João Modesto Filho  
1º Secretário: Jocemir Paulino da Silva Júnior  
2º Secretário: Walter Fernandes de Azevedo

Tesoureiro: Álvaro Vitorino de Pontes Junior  
2º Tesoureiro: Luciana Cavalcante Trindade  
Corregedor: Flávio Rodrigo Araújo Fabres  
Vice-Corregedor: Klecius Leite Fernandes

#### Delegacia de Campina Grande

Delegado: Alexandre Magno da Nóbrega Marinho  
1º secretária: Annelise Mota de Alencar Mene-guesso  
2º secretária: Rodrigo Moraes Farias

#### Delegacia de Sousa

Delegado: Patrício Eduardo Abrantes Sarmento  
1º secretária: André Cabral de Moraes  
2º secretária: Luciana Lemos Abrantes Sarmento

#### Conselho editorial do Jornal CRM-PB

João Modesto Filho (Editor), Arlindo Monteiro de Carvalho Junior, João Gonçalves de Medeiros Filho e Roberto Magliano de Moraes.

#### Redação e Edição

Formato Assessoria de Comunicação  
Rua Matteo Zácara, 124, Jaguaribe  
Fone: (83) 98831-1556/98815.7887  
formatoassessoria@yahoo.com.br  
Jornalistas Responsáveis:  
Luciana Oliveira - DRT/DF 1.849/97  
Kaylle Vieira - DRT/PB 0279/03-59



Novos conselheiros do CRM-PB empossados no dia 1º de outubro de 2018

## CRM-PB EMPOSSA NOVOS CONSELHEIROS E DIRETORIA

Quarenta novos conselheiros, efetivos e suplentes, eleitos no dia 7 de agosto de 2018, tomaram posse no Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) no dia 1º de outubro. Na ocasião, também foi eleita a nova diretoria e a Comissão de Tomada de Contas da entidade, que estarão nestes cargos até 31 de março de 2021. A solenidade contou ainda com a posse de dois representantes indicados pela Associação Médica da Paraíba (AMPB) como conselheiros: Débora Eugênia Braga Nóbrega Cavalcanti (efetivo) e José Calixto da Silva Filho (suplente). O mandato dos 42 conselheiros encerra-se em 30 de setembro de 2023.

A solenidade foi presidida pelo então presidente João Medeiros Filho e o secretário Marcelo Queiroga, que leu

o termo de posse dos novos conselheiros. Em uma segunda etapa, foi eleita a nova diretoria que ficou assim composta: Roberto Magliano (presidente), Antônio Henriques Franca Neto (1º vice presidente), João Modesto Filho (2º vice presidente), Jocemir Paulino Silva Júnior (1º secretário), Walter Azevedo (2º secretário), Álvaro Vitorino de Pontes Júnior (tesoureiro), Luciana Cavalcante Trindade (2ª tesoureira), Flávio Rodrigo Araújo Fabres (corregedor) e Klecius Leite Fernandes (vice corregedor). A Comissão de Tomada de Contas terá Débora Cavalcanti como presidente e João Alberto Moraes Pessoa e Valdir Delmiro Neves como membros.

O presidente empossado, Roberto Magliano, agradeceu a confiança em ter sido escolhido para estar à frente do CRM-PB e

fez um agradecimento especial ao ex-presidente João Medeiros Filho. "O CRM-PB tem uma reputação intocável. É extremamente respeitado por todos, principalmente, pela capacidade de liderança de João Medeiros. Quero lhe agradecer por entregar a esta nova gestão um conselho tão bem organizado. É uma grande responsabilidade para nós da nova diretoria dar continuidade ao seu trabalho", disse Magliano.

Roberto Magliano também ressaltou o trabalho desempenhado pelos conselheiros que não mais farão parte da autarquia, mas que foram fundamentais para o seu desenvolvimento. Ele também aproveitou a ocasião para destacar que tem a intenção de aproximar mais o Conselho dos estudantes de Medicina e residentes e dar ao CRM-PB o viés de humanidade.



Formamos uma chapa plural, com membros de várias idades, especialidades e experiências diferentes. Agora que tomamos posse somos um único grupo de conselheiros.

Roberto Magliano  
de Moraes  
Presidente do CRM-PB



Diretoria do CRM-PB fica à frente do Conselho até março de 2021

# DIA DO MÉDICO É COMEMORADO NA PARAÍBA COM AÇÕES SOCIAIS E EVENTOS PARA A CATEGORIA

O Dia do Médico foi comemorado na Paraíba, em outubro passado, com uma série de atividades, durante cinco dias, nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Patos. Palestras, confraternizações, cerimônia festiva com a posse dos novos membros do CRM-PB, além de mutirão médico com mais de mil atendimentos clínicos gratuitos fizeram parte da programação do Dia do Médico em 2018.

“Organizamos uma ampla programação para atendermos aos médicos e sociedade civil de grande parte do Estado. Estamos comprometidos com os profissionais, mas também com a população em geral, por isso ofereceremos mutirões de atendimento médico nas cidades de Campina Grande e Patos”, ressaltou o presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes.

A programação teve início no dia 17 de outubro, com palestras nas cidades de Campina Grande e Patos. Na primeira, o professor e médico Dalvélio Madruga falou sobre “O futuro da Medicina para profissionais e estudantes”. Já em Patos, houve três palestras: “Desafios



Evento contou com a participação de representantes de diversas entidades médicas

na implementação do curso de medicina em área de difícil acesso – Sertão”, com a coordenadora do curso de medicina das Faculdades Integradas de Patos (FIP) Paula Maia; “A saúde mental dos profissionais médicos na contemporaneidade”, com o psiquiatra Adriano Moura; e “Judicialização da relação médico-paciente e a responsabilidade civil do médico”, com o advogado Igor Mascarenhas.

Na quinta-feira (18), data em que se comemora o Dia do Médico, foram realizados os atendimentos clínicos gratuitos na

FIP, em Patos, e em locais públicos de Campina Grande. À noite, em João Pessoa, houve a cerimônia de posse festiva dos conselheiros do CRM-PB, com palestra do professor Aníbal Gil, sobre “Humanidade nos dias atuais”. Também foram feitas homenagens a profissionais médicos e concedida a medalha de Humanidades Médicas Genival Guerra à médica Andréa Gadelha, por seu trabalho em prol das causas sociais e humanitárias. Nos dias 19 e 20 aconteceram as comemorações festivas dos profissionais com festa no Paço dos Leões e feijoada no Clube dos Médicos.



Em João Pessoa, solenidade foi prestigiada por médicos e familiares, homenageou profissionais e contou com a palestra do professor Aníbal Gil



Em Campina Grande e Patos, foram realizados atendimentos gratuitos

# ASSEMBLEIA APROVA RELATÓRIO DE GESTÃO POR UNANIMIDADE

O relatório de gestão e a prestação de contas do exercício de 2018 do Conselho Regional de Medicina da Paraíba foram analisados e aprovados por unanimidade durante a Assembleia Geral, realizada no dia 31 de março, no auditório do Conselho. A reunião contou com a participação da diretoria e de conselheiros da entidade.

No relatório de gestão, foram apresentadas as metas e resultados da Administração Geral, Secretaria, Departamento de Fiscalização, Departamento de Processos Departamento de Recursos Humanos, Programa de Educação Médica Continuada, Fundo Editorial, Tesouraria, Ouvidoria e ações de Interiorização do CRM-PB. Em seguida, os presentes puderam acompanhar a prestação de contas de 2018, com a situação orçamentária 2018, balanço patrimonial, resumo dos resultados,



Durante a assembleia, também foram apresentadas as metas para 2019

além dos resultados metas atingidas no ano passado.

“Esta gestão pautou-se pelos princípios emanados dos órgãos reguladores da fiscalização e supervisão, sem deixar de considerar sua importância no contexto sócio-político-cultural, com ações voltadas para o exercício ético-legal da profissão e reconhecimento daqueles que a exercem com compromisso e dignidade”, disse o

presidente do do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes.

Na ocasião, ele apresentou algumas metas para o exercício de 2019, entre elas a continuidade de ações de defesa profissional, interiorização do Conselho, digitalização dos Processos administrativos, humanização, reposicionamento da imagem do Conselho e ampliação dos cursos de educação médica continuada, entre outras propostas.

## NA PARAÍBA

# NÚMERO DE MÉDICOS CRESCE 34% EM CINCO ANOS

A Paraíba é o quarto Estado do país com o maior crescimento no número de médicos nos últimos cinco anos. O número de registros no Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) passou de 6.529 em 2013 para 8.741 em 2018, um crescimento de 34,08%. De acordo com levantamento realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a Paraíba fica atrás apenas de Rondônia (48,41%), Tocantins (46,85%) e Piauí (37,35%). A análise do CFM foi realizada a partir de suas bases cadastrais, no período compreendido entre 2013 e 2018.

O estudo do CFM confirma

que Brasil possui médicos ativos, com registro nos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), em número absoluto suficiente para atender às necessidades da população. Na avaliação do CFM, se comparado com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fica evidente que o percentual de crescimento da população médica foi 5,4 vezes maior do que o de crescimento da população em geral, nesse intervalo de tempo, que ficou em 3,7%. Nos últimos cinco anos, o País ganhou mais 7.462.186 habitantes, passando de 201.032.714 (em 2013) para

208.494.900 (em 2018).

Com o aumento registrado na população médica, também subiu a razão de médico por grupo de mil habitantes no Brasil, que passou de 1,93 (2013) para 2,24 (2018). Essa variação aproximou o indicador nacional de países como Coréia do Sul (2,2), México (2,3), Japão (2,4) e Polônia (2,5). Atualmente, o Brasil conta com 466.135 médicos ativos, segundo números de outubro do ano passado. Entre 2013 e 2018, um total de 98.006 médicos se inscreveram nos Conselhos Regionais de Medicina de todo o país.

# DOSSIÊ DA SAÚDE PÚBLICA REVELA QUE MAIS DE 60% DOS HOSPITAIS DA PB OFERECEM RISCO À MEDICINA E AO PACIENTE

Faltam medicamentos, insumos, equipamentos, estrutura adequada e profissionais contratados e escalados para trabalhar nos principais hospitais públicos da Paraíba. De janeiro a maio deste ano, o Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) fiscalizou 118 unidades de saúde públicas no Estado e constatou que os problemas se repetem e se agravam com o passar do tempo. Locais onde a população deveria encontrar atendimento médico adequado estão se tornando lugares de risco para doentes, médicos e outros profissionais de saúde. Diante disso, o CRM-PB vem denunciando a grave situação às autoridades competentes (Ministério Público Federal e Estadual, Governo do Estado, principais Prefeituras) e

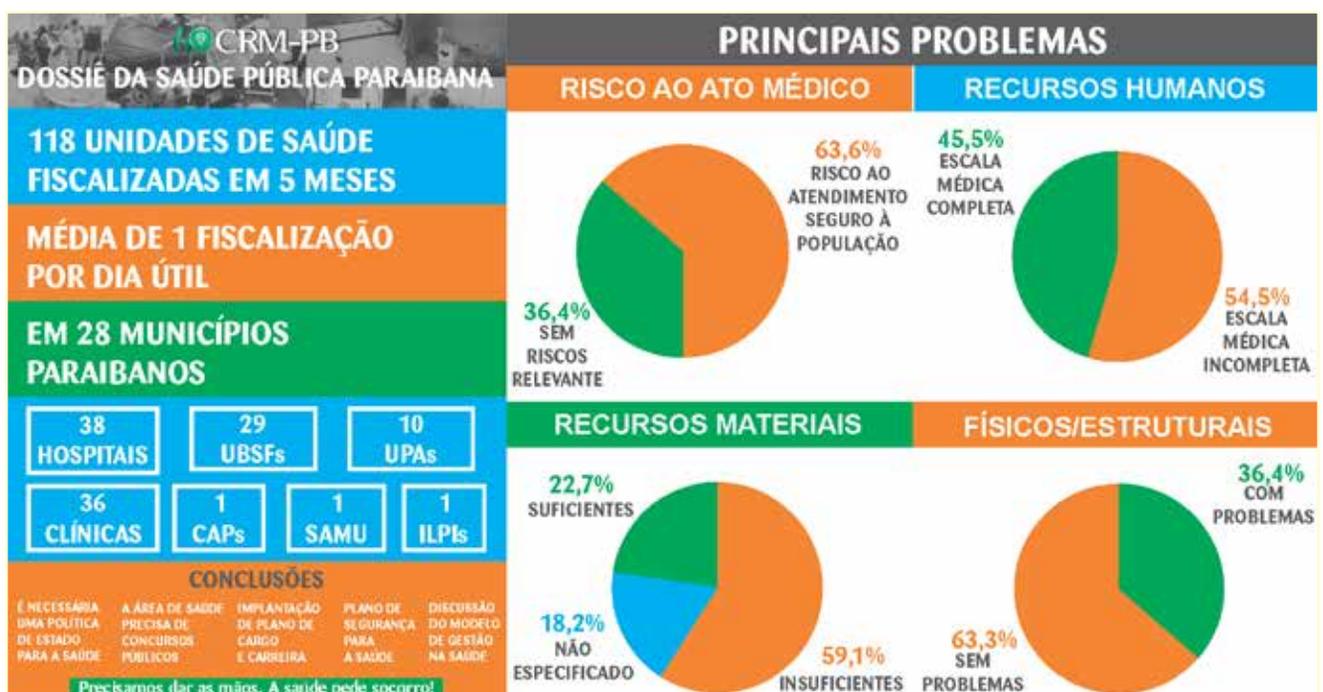
imprensa e elaborou o Dossiê da Saúde Pública Paraibana.

O documento elaborado pelo CRM-PB é resultado das fiscalizações realizadas pelo órgão nestes primeiros cinco meses de 2019. De janeiro a maio, o CRM-PB fiscalizou unidades de saúde estaduais e municipais do Litoral ao Sertão. Dos 118 serviços fiscalizados, 39 são hospitais, 11 são Unidades de Pronto Atendimento (UPA), 1 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), 1 Instituição de Longa Permanência para Idosos (Ilpis) e 29 Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Para o dossiê, o CRM-PB fez um estudo detalhado das 25 maiores unidades de saúde em atendimento e complexidade fiscalizados nos últimos meses, sendo 20 hospitais,

3 UPAs, 1 SAMU e 1 Caps. De acordo com o levantamento, 63,6% dos hospitais e maiores serviços de saúde fiscalizados oferecem risco ao exercício da medicina e à segurança do paciente, por apresentarem graves inconformidades, como a falta de médicos e de recursos materiais básicos. O dossiê apresentado pelo Conselho mostra ainda que 54,5% destas unidades têm número insuficiente de médicos, 59,1% apresentam insumos e medicamentos insuficientes e 36,4% possuem deficiências estruturais graves.

As inconformidades encontradas pelo Departamento de Fiscalização foram divididos em quatro parâmetros: número insuficiente de médicos; insumos e medicamentos insuficientes; deficiências estruturais graves;



e risco ao exercício da medicina e à segurança do paciente. O documento revela também que a situação caótica foi observada em diversas categorias fiscalizadas, atingindo clínica geral, cirurgia, pediatria, maternidade e oncologia.

“Infelizmente estamos passando por uma situação difícil, um verdadeiro caos na saúde paraibana. O CRM-PB vem cumprindo o seu papel de fiscalizar e denunciar as precárias condições a que os médicos estão submetidos a trabalhar em determinadas unidades de saúde. Alguns hospitais não garantem o atendimento adequado à população e o Conselho tem que promover a interdição ética dos médicos. Mas

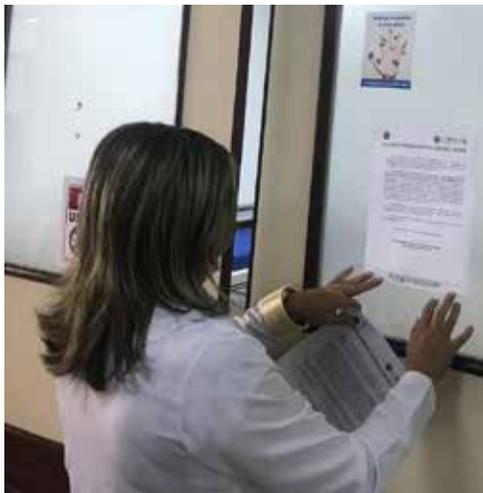


Apresentação do Dossiê da Saúde Pública à imprensa paraibana

não podemos interditar todos os hospitais, a população precisa de medidas eficazes e urgentes por parte do poder público”, destacou o presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Morais.

## INTERDIÇÃO ÉTICA DO TRABALHO MÉDICO

Entre janeiro e maio de 2019, o CRM-PB interditou oito unidades de saúde no Estado: Centro de Saúde de Mandacaru (João Pessoa), Unidade Básica de Saúde III (Condado), Posto de Saúde da Família Oiteiro II (Alhandra), bloco cirúrgico do Ortopedia de Mangabeira (João



Pessoa), Hospital Maria Lídia Gomes (Cubati), UTI Neonatal da maternidade Peregrino Filho (Patos), UPA de Cruz das Armas (João Pessoa) e UPA de Bayeux.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.056/2013, define-se como interdição ética do trabalho do médico a proibição, pelo CRM, de o profissional exercer seu trabalho em estabelecimentos de assistência médica por falta de condições mínimas para a segurança do ato médico. Os requisitos de segurança são: adequação do ambiente físico que permitam o trabalho médico com salubridade, segurança e inviolabilidade do sigilo profissional; equipamentos em condições de funcionamento; insumos em quantidade e qualidade compatíveis com a demanda e complexidade dos procedimentos; infraestrutura, equipamentos, insumos e recursos humanos treinados, qualificados e atualizados.

## VIOÊNCIA CONTRA MÉDICOS

A precariedade na assistência à saúde nos hospitais públicos tem gerado outro problema grave: a agressão de pacientes e acompanhantes contra os médicos. A demora no atendimento, a falta de medicamentos e problemas na infraestrutura têm feito os pacientes agredirem os profissionais que estão exercendo seu trabalho. Essa violência já foi, inclusive, causa de interdição ética de unidades de saúde pelo CRM-PB, nos últimos meses, como a UPA de Cruz das Armas, a UPA de Bayeux e a UBS Oiteiro, em Alhandra.

De acordo com pesquisa realizada pelo CRM-PB, no ano passado, 73,4% de 395 médicos entrevistados disseram que já sofreram algum tipo de violência no ambiente de trabalho. A violência verbal foi a mais relatada na pesquisa, com 94,6% dos casos, seguida da violência psicológica (54,4%) e da física (7%). “O sucateamento da saúde pública tem gerado essas situações de violência. Revoltados, pacientes e acompanhantes cometem agressões contra os profissionais da saúde, como se eles fossem os responsáveis pelos problemas existentes”, disse o presidente do CRM-PB.



## NAPOLEÃO LAUREANO SOFRE COM FALTA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS

No dia 1º de abril, o CRM-PB fiscalizou o Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa, referência no tratamento de câncer no Estado. Foi constatada a falta de medicamentos orais e intravenosos para quimioterapia, antibióticos, além de insumos como luvas e soro fisiológico. Além disso, uma das três máquinas da radioterapia está quebrada desde o dia 6 de fevereiro, acumulando cerca de 500 pacientes à espera desse tipo de tratamento no hospital. Médicos que são prestadores de serviços estavam com o pagamento atrasado há seis meses. O CRM-PB fez denúncia ao Ministério Público Federal para que sejam tomadas providências e o hospital não vá à falência.

No dia da fiscalização, faltavam 17 medicamentos orais quimioterápicos, além de seis tipos de antibióticos. Mais de 70 pacientes com câncer de próstata estavam na lista de espera por algum desses medicamentos. Também faltavam os cateteres das bombas de infusão usadas na quimioterapia, o que prejudica o tratamento. No centro cirúrgico, médicos têm que racionar o uso de antibióticos após os procedimentos, pois é comum faltarem esses medicamentos, além de luvas e soro fisiológico. A equipe de fiscalização constatou que há mais de seis meses o hospital enfrenta o problema da falta de estoque de remédios na Farmácia.

## UPA DE CRUZ DAS ARMAS

No dia 13 de maio, o CRM-PB fiscalizou a UPA de Cruz das Armas, em João Pessoa, e a interditou eticamente por falta de segurança no local. Os médicos, assim como outros profissionais da saúde da unidade, relataram que sofriam agressões verbais e físicas. Também foi constatado que a unidade não possuía escala médica completa e, por muitas vezes, os médicos atendiam até 100 pacientes em um mesmo dia. Um dia após a interdição, a Secretaria Municipal de Saúde providenciou a Guarda Municipal para garantir a segurança dos profissionais da unidade e a UPA foi desinterditada. No dia 22 de maio, a direção da UPA apresentou a escala médica completa.

## HOSPITAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAMPINA GRANDE

O CRM-PB fiscalizou o Hospital da Criança e do Adolescente de Campina Grande, no dia 27 de maio, a pedido do Ministério Público Estadual e após receber denúncias de pacientes e profissionais da saúde. De acordo com o relatório do Departamento de Fiscalização, faltam médicos, medicamentos e insumos no hospital. Também foram constatadas a superlotação, manutenção predial precária, escassez de roupas e lençóis hospitalares e não equiparação salarial dos médicos.

No dia 30 de maio, a Secretaria de Saúde de Campina Grande firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público da Paraíba e o Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) em que se compromete em adquirir os medicamentos e as roupas hospitalares que faltam no Hospital da Criança e do Adolescente de Campina Grande, além de garantir a isonomia salarial entre os médicos da unidade hospitalar.

## UPA DE BAYEUX

O CRM-PB interditou eticamente a UPA de Bayeux, após vistoria realizada no dia 14 de maio, após denúncia de agressão contra uma médica da unidade. Durante a fiscalização, foi constatada que além da falta de segurança, a UPA apresentava diversas inconformidades, como: falta de diretor técnico, de laboratório, de sala de esterilização, de lavanderia, de raio X, oxímetro, equipamentos para monitorar pacientes graves, roupa de cama, além de um estoque reduzido de medicamentos e escala médica incompleta. Na ala vermelha, onde ficam os pacientes mais graves, havia cinco leitos ocupados e apenas um equipamento de monitoramento cardíaco.

No dia 30 de maio, o prefeito de Bayeux Berg Lima e a secretária municipal de Saúde, Lenira Gabriela Azevedo, estiveram na sede do CRM-PB, apresentando documentos que mostravam que os equipamentos que faltavam na fiscalização já haviam sido adquiridos. No dia 31 de maio, a equipe de fiscalização do CRM-PB esteve novamente na UPA e constatou que as principais inconformidades haviam sido resolvidas. A UPA foi desinterditada.

## FALTAM PEDIATRAS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA

O Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), em João Pessoa, está enfrentando sérios problemas com a falta de médicos pediatras, conforme denúncias feitas no CRM-PB, no final do mês de março. Em alguns finais de semana, havia apenas uma médica pediatra escalada para trabalhar no hospital e atender aos pacientes da enfermaria, da emergência, dos internados na enfermaria de cuidados especiais, fazer sala de parto e acompanhar as pacientes do "método canguru".

O CRM-PB solicitou a escala médica à direção técnica do HULW e informou à direção geral a necessidade de mais médicos. O problema também foi relatado ao Ministério Público Federal, solicitando providências urgentes.

## SUPERLOTAÇÃO NO HOSPITAL INFANTIL ARLINDA MARQUES

Na primeira quinzena de fevereiro, o CRM-PB fiscalizou o Hospital Infantil Arlinda Marques, em João Pessoa, e constatou a denúncia de pacientes e da imprensa de que havia superlotação na unidade. Não havia vagas para a internação de crianças que procuravam o hospital. O Arlinda Marques é referência no atendimento de média e alta complexidade para crianças e adolescentes. Como o hospital municipal do Valentina Figueiredo não estava internando pacientes, mesmo os de baixa complexidade estavam sendo encaminhados para o Arlinda Marques, aumentando ainda mais a grande demanda do hospital.

## HOSPITAL DO VALENTINA: FALTA DE MÉDICOS E SUBUTILIZAÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO

O CRM-PB realizou uma inspeção no Hospital do Valentina, em João Pessoa, no dia 13 de março, após a denúncia de que havia uma defasagem de médicos na unidade de saúde. Foi constatado, pela escala médica apresentada, que em alguns dias apenas um ou dois médicos estão no plantão do hospital que atende cerca de 200 crianças por dia na emergência e em torno de 60 no ambulatório. Além disso, o hospital possui três salas cirúrgicas, sendo que apenas duas estão sendo utilizadas e abaixo de sua capacidade.

"O hospital deveria ter pelo menos quatro médicos a cada turno e, em alguns dias, há apenas um profissional", disse o diretor de fiscalização do CRM-PB, João Alberto Pessoa. O CRM-PB vem tentando intermediar uma reunião com o Ministério Público Federal, os secretários Estadual e Municipal de Saúde, além da diretoria dos hospitais do Valentina, do Arlinda Marques e do Hospital Universitário Lauro Wanderley, que são referências no atendimento pediátrico em João Pessoa. "Frequentemente estamos recebendo denúncias de médicos, pacientes e acompanhantes da falta de estrutura, superlotação, dentre outros problemas nos hospitais infantis da Capital. Precisamos resolver esse problema urgentemente", completou João Alberto.

## DIVERSAS IRREGULARIDADES NA MATERNIDADE FREI DAMIÃO



No dia 11 de março, o CRM-PB fiscalizou a Maternidade Frei Damião, localizada no bairro Cruz das Armas, em João Pessoa, e identificou uma série de problemas, como superlotação, falta de conservação predial, higienização precária dos ambientes, falta de roupas de cama e vestuário para pacientes e profissionais, enfermarias sem ventilação e quentes, entre outras irregularidades. João Alberto Pessoa disse que a Maternidade

Frei Damião tem uma situação precária semelhante a outros hospitais públicos municipais e estaduais da Paraíba. "É preciso priorizar a saúde e a resolução destes problemas para garantir um atendimento digno à população e a segurança do ato médico", destacou. O relatório completo sobre a vistoria foi encaminhado à direção do hospital, à Secretaria Estadual de Saúde e ao Ministério Público Estadual.

# TRAUMINHA DE MANGABEIRA: INFRAESTRUTURA COMPROMETIDA, SUPERLOTAÇÃO E BARATAS

No dia 12 de fevereiro, a equipe de fiscalização do CRM-PB esteve no Complexo Hospitalar de Mangabeira Tarcísio Burtity – Ortopedia e interditou eticamente um dos dois blocos cirúrgicos do hospital. As salas de cirurgia estavam com buracos no teto, infiltrações, ferrugem e mofo, causando sérios riscos aos pacientes e ao ato médico. O bloco ficou sem funcionar por mais de 15 dias, até que a Secretaria Municipal de Saúde fez as reformas necessárias e as salas de cirurgia foram desinterditadas no dia 1º de março.

Este não era, no entanto, o único problema do hospital. A unidade possui uma infraestrutura precária, com infiltrações e buracos nas paredes, além de infestação de baratas na enfermaria, superlotação e demora na realização de cirurgias. Pacientes e acompanhantes relataram à equipe do CRM-PB que, durante o período de internação, precisam levar lençóis, travesseiros, colchões e ventiladores.



Após fiscalização, que constatou diversas irregularidades, a direção do hospital reformou as salas do bloco cirúrgico e a desinterdição do setor foi realizada

## FALTAM MÉDICOS, MEDICAMENTOS E INSUMOS EM HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ

Em fiscalização realizada no dia 11 de abril no Hospital Geral de Taperoá, o CRM-PB constatou que faltam medicações, insumos, roupa para pacientes e funcionários, além da quantidade escassa de médicos. “O hospital está sendo subutilizado, pois tem uma ótima estrutura, centro cirúrgico com capacidade de realizar cirurgias de média complexidade, higiene adequada. No entanto, não há médicos suficientes e os pacientes estão sendo encaminhados para Campina Grande”, destacou o

diretor de fiscalização do CRM-PB, João Alberto Pessoa.

No dia 16 de abril, o secretário executivo de Gestão de Rede e Unidades de Saúde, Geraldo Medeiros, esteve no hospital de Taperoá e informou ao CRM-PB que o hospital passará para a gestão direta do Governo da Paraíba, de forma transitória e excepcional, visando a manutenção do serviço. O hospital era administrado pela Organização Social (OS), Instituto Gerir, assim como a maternidade Peregrino Filho e o Janduy Carneiro, em Patos.

## INTERDIÇÃO EM HOSPITAL DE CUBATI

O CRM-PB interditou eticamente os médicos do Hospital Municipal Maria Lídia Gomes, na cidade de Cubati, a 220km de João Pessoa. A equipe de fiscalização esteve no hospital geral da cidade, no dia 11 de abril, e constatou que não havia médicos no local, nem direção técnica. De acordo com o diretor de fiscalização do CRM-PB, João Alberto Pessoa, só havia escala médica para o sábado. “No restante dos dias, o atendimento era feito apenas pela enfermagem”, disse João Alberto.

## PATOS: MATERNIDADE PEREGRINO FILHO E HOSPITAL JANDUHY CARNEIRO SOFREM COM FALTA DE RECURSOS

Desde o mês de fevereiro o CRM-PB vem recebendo denúncias de falta de medicamentos, insumos e exames na maternidade Peregrino Filho, em Patos, que vinha colocando em risco o atendimento aos pacientes. Fornecedores do hospital deixaram de atender às demandas por falta de pagamento. Médicos e outros profissionais de saúde também não estavam recebendo seus salários regularmente. Em março a diretoria do CRM-PB esteve na cidade para checar a situação e intermediar uma solução com a Secretaria Estadual de Saúde. O CRM-PB comunicou a situação caótica ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público de Contas.

Em reunião no Tribunal de Contas da União, o Governo do Estado e o Ministério Público elaboraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que houvesse uma gestão emergencial no hospital, até que fosse feito um novo chamamento para seleção de Organizações Sociais. Tanto a maternidade Peregrino Filho, quanto o Hospital Janduhy Carneiro e o Hospital de Taperoá são estaduais, mas administrados pela OS Instituto Gerir. A SES se comprometeu em fazer um remanejamento de medicamentos e insumos de outros hospitais do Estado para abastecer



O Hospital Regional Deputado Janduhy Carneiro, em Patos, apresenta problemas gravíssimos em sua estrutura física e superlotação, além da falta de medicamentos e laboratório precário.

emergencialmente a maternidade.

No entanto, no dia 12 de abril, a equipe do CRM-PB retorna a Patos e constata que a UTI Neonatal da maternidade Peregrino Filho não tem mais condições de internar crianças, pela falta de medicamentos e insumos. A maternidade é interditada eticamente. Permanece interditada até o dia 18 de abril, quando a SES abastece a maternidade novamente. Nesta mesma visita a Patos do dia 12 de abril, o CRM-PB também fiscaliza o Hospital Regional Deputado Janduhy Carneiro em constata problemas

gravíssimos e sua estrutura física, além da falta de medicamentos e laboratório precário, UTI com falta de equipamentos e superlotação.

“O hospital apresenta um clima de guerra em vários setores. No Centro Cirúrgico há péssimas condições, como um esgoto que se abre a cada sete dias para limpeza, infiltrações nas paredes, ar condicionado com vazamento e baldes para conter a água, piso de concreto. São muitos problemas a serem resolvidos”, disse o diretor de Fiscalização do CRM-PB, João Alberto Pessoa.

## HOSPITAL DE BAYEUX É INTERDITADO DUAS VEZES EM APENAS DOIS MESES

Em novembro do ano passado, o CRM-PB interditou o hospital Materno Infantil João Marsicano, em Bayeux, após interdição da Vigilância Sanitária no bloco cirúrgico e na central de esterilização da unidade hospitalar.

Os gestores tiveram um prazo de 15 dias para fazer o contrato com uma nova empresa para a central de esterilização e usar os monitores cardíacos de outro hospital. No entanto, nenhuma providência foi tomada e o hospital teve que ser

interditado eticamente novamente no dia 20 de dezembro. “Como uma maternidade pode funcionar sem esses equipamentos? É um risco para a população e para os médicos”, destacou o diretor de fiscalização do CRM-PB, João Alberto Pessoa.

# CÂMARA DE VEREADORES DE ALHANDRA FAZ RETRATAÇÃO PÚBLICA APÓS VEREADOR AGREDIR MÉDICA

A Câmara de Vereadores do município de Alhandra formalizou, no dia 8 de fevereiro, uma retratação pública à médica, Mariana Gadelha, da UBS Oiteiro II. A ação foi resultado de uma determinação do CRM-PB após constatar que a médica foi intimidada e sofreu agressões verbais de um vereador do município. Após a fiscalização, no dia 18 de janeiro, as unidades básicas de saúde da família Oiteiro I e II foram interditadas eticamente pelo CRM-PB por falta de segurança.

A retratação, além de ter sido lida pelo presidente da Câmara na sessão de 8 de fevereiro, foi entregue à diretoria do CRM-PB no dia 14 de fevereiro pela secretária de Saúde de Alhandra, Alba Kelly. Na ocasião, ela garantiu que haverá guarda municipal nos PSFs continuamente para garantir a segurança dos profissionais e pacientes, e também apresentou a escala dos médicos que trabalham nestes postos. Com isso, a UBS foi desinterditada pelo CMR-PB.

O presidente do CRM-PB, Roberto Magliano, agradeceu o empenho da secretária em resolver o impasse e explicou que o Conselho é um órgão que vem contribuindo para o melhoramento do atendimento médico nas unidades de saúde do Estado. "Não estamos aqui apenas para fiscalizar e punir. Queremos ajudar os municípios a terem cuidado com a saúde da população e que ofereçam boas condições de trabalho aos médicos", disse o presidente, após assinar o auto de desinterdição ética.

## FALTAM SEGURANÇA E MÉDICOS NA UPA DE CRUZ DAS ARMAS

A Unidade de Pronto Atendimento de Cruz das Armas, em João Pessoa, está com a escala médica incompleta e com profissionais e pacientes sofrendo com a falta de segurança. O Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) deu prazo para que a diretoria técnica resolva estes problemas sob pena de interdição ética do exercício profissional dos médicos. A unidade precisa providenciar segurança adequada para garantir que os profissionais possam exercer sua profissão

com tranquilidade e apresentar ao CRM-PB a escala completa dos médicos.

Em reunião realizada entre a equipe médica e a diretoria do CRM-PB, na noite da última quinta-feira (25), os profissionais relataram vários casos de insegurança. "Os médicos disseram que a UPA conta apenas com seguranças do patrimônio. É preciso que haja segurança para as pessoas que chegam para trabalhar, assim como para os pacientes, mesmo que seja uma segurança privada",

destacou o presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes.

Além disso, não há médicos suficientes para completar a escala da unidade de saúde. "Médicos relataram que, por muitas vezes, atendem até 100 pacientes em um mesmo dia, por falta de outros profissionais. Infelizmente, isso não pode acontecer. É preciso que haja uma quantidade adequada de médicos para atender a população de forma segura", disse o diretor de fiscalização do CRM-PB, João Alberto Pessoa.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA DOS VEREADORES DE ALHANDRA - PB

Ofício nº. 008/2019

Alhandra - PB, 08 de fevereiro de 2019.

Ao Senhor Deutor  
**CONS. ROBERTO MAGLIANO DE MORAIS**  
Presidente do CRM/PB

**Referente:** Ao pedido de retratação pública.

Ao cumprimentá-los, a Câmara de Vereadores do Município de Alhandra-PB, devidamente representada pelo Presidente desta Casa Legislativa, vem por meio deste, formalizar o pedido de retratação pública, quanto ao fato ocorrido na USF Oiteiro II, em 17 de janeiro de 2019, entre o Vereador do Município Clóvis Constantino, conhecido por Cocó, filiado ao PP - Partido Progressista, e a servidora do Município de Alhandra - PB, Sra. Mariana Gadelha, médica, onde em momento acalorado acabou por se exaltar e proferiu palavras ásperas contra a servidora.

Que o colegiado, nem a presidência, coaduna com as atitudes agressivas tomadas pelo colega parlamentar, ao passo que inclusive deixa de forma pública e notória, os mais sinceros pedidos de desculpas pelo ocorrido.

Na oportunidade, cumpro observar, mediante a preocupação do Conselho Representativo de Classe, em nome das pessoas supracitadas e demais que fazem parte, que estamos providenciando juntamente com o Município de Alhandra, toda a estrutura necessária, com o fito de buscar maior segurança aos profissionais da área da saúde, e demais servidores.

Aproveito o ensejo para renovar nossos votos de elevada estima e consideração, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, conforme ata em anexo.

Atenciosamente,

João Fernando Filho

# ELEIÇÃO PARA REPRESENTANTE NO CFM SERÁ EM AGOSTO

No dia 28 de agosto de 2019 acontecerão as eleições para a escolha dos candidatos a membro efetivo e suplente do Conselho Federal de Medicina (CFM), gestão 2019/2024. A votação será das 8h às 20h, de forma mista, ou seja, presencial para os médicos residentes em João Pessoa e Campina Grande e por correspondência para os médicos dos demais municípios paraibanos.

Só serão válidos os votos com a chancela dos Correios e que forem recebidos até o dia 28 de agosto de 2019 na Caixa Postal do CRM-PB, já impresso no envelope. O kit de votação será enviado via Correios. Somente serão considerados válidos os votos



dos médicos que estiverem quites financeiramente com o Conselho.

Entre os dias 27 de maio (a partir das 8h da manhã) e 5 de junho (até às 18h) fica aberto o prazo para registro de chapa, na sede do CRM-PB, na avenida Pedro II, 1335, Centro, João Pessoa.

Cada estado da Federação e o Distrito Federal deverá eleger um conselheiro federal efetivo e

um conselheiro federal suplente. O mandato dos novos membros do CFM terá a duração de 5 (cinco) anos e se iniciará em outubro de 2019, com término em setembro de 2024.

Confira todas as regras do pleito na Resolução CFM 2.182/2018, disponível no endereço: <https://bit.ly/2uSgal7> e no site [eleicoes.crpm.pb.org.br/](http://eleicoes.crpm.pb.org.br/)

## CRM-PB ARTICULA AÇÕES E RESOLUÇÃO SOBRE TELEMEDICINA É REVOGADA

O CRM-PB não mediu esforços para a revogação e alteração do texto da resolução 2.227/2018, que iria regulamentar a telemedicina no Brasil. Em reunião na sede do CFM, no dia 6 de fevereiro, o presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes, e o vice-presidente, Antônio Henriques de França Neto, manifestaram a insatisfação dos médicos paraibanos em relação à estratégia adotada pelo CFM e a sua pouca sensibilidade em relação à opinião dos médicos e Presidentes dos CRMs de todo o país.

Após esta reunião, os conselhos regionais publicaram nota conjunta informando da insatisfação com a publicação da resolução. O CRM-PB ainda realizou uma reunião plenária no dia 16 de fevereiro para discutir cada um dos artigos da Resolução 2.227/18. Médicos e



Plenária discutiu a resolução com médicos e representantes de entidades e coletou sugestões para mudanças e adequações do documento

representantes de diversas entidades médicas debateram o documento e apresentaram propostas de melhorias e adequações ao texto. Todas as sugestões de alteração foram validadas e encaminhadas ao CFM.

Diante disso, no dia 22 de fevereiro, o CFM publicou uma nota, informando a revogação da resolução e que a prática da telemedicina no Brasil ficará subordinada aos termos da Resolução CFM nº 1.643/2002, atualmente em vigor.

# VI SEMINÁRIO SOBRE CRIANÇAS DESAPARECIDAS REÚNE MAIS DE 200 PESSOAS NO CRM-PB

Mais de 200 pessoas representando cerca de 15 instituições e a sociedade civil participaram do VI Seminário sobre Crianças Desaparecidas, realizado no dia 1º de fevereiro, no auditório do Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB), em João Pessoa. O objetivo do evento foi promover um amplo debate sobre como construir políticas e ações de enfrentamento a um problema tão grave e, ao mesmo tempo, pouco discutido.

De acordo com os especialistas e representantes de instituições que participaram do evento, o grande entrave para a não solução desse

problema é a falta de informação. "Não temos no país um cadastro de crianças desaparecidas, não há uma integração das informações. Nós, como cidadãos, temos a obrigação de promover essa luta até que todas as crianças possam ser resgatadas, e impedir que novas desapareçam", destacou o presidente da Comissão de Ações Sociais do Conselho Federal de Medicina (CFM), Ricardo Paiva.

O presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes, destacou que o evento é um marco importante para o conjunto de ações sociais que o Conselho desenvolve. "Fiquei muito emocionado ao ver

hoje aqui tantas pessoas envolvidas com o mesmo propósito. Em um país com tantas notícias ruins, vi hoje que há vários caminhos possíveis, apenas precisamos estar unidos", disse Magliano.

Além do CFM e CRM-PB, o evento contou também com explicações de representantes do Ministério Público de São Paulo e da Paraíba, da Polícia Civil e da ONG Mães da Sé. Representantes de diversas outras instituições, além de médicos e estudantes de Medicina, também puderam dar suas contribuições e sugestões durante o debate aberto ao público.

## CRM-PB PARTICIPA DE EVENTOS NO DIA MUNDIAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO

No Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, 2 de abril, o CRM-PB participou de uma sessão especial na Assembleia Legislativa da Paraíba que discutiu o ingresso de alunos com autismo nas escolas públicas e privadas do Estado. O conselheiro Bruno Leandro de Souza representou o CRM-PB e destacou a importância da inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista nas escolas, a interação entre familiares, escola e a equipe de saúde interdisciplinar, além de ressaltar a necessidade de treinamento dos educadores para o rápido conhecimento dos primeiros sinais, que podem direcionar para o correto diagnóstico.

Já no dia 6 de abril, o CRM-PB sediou o Fórum "Cuidado interdisciplinar no autismo: o que esperar?". Profissionais de diversas áreas, como fisioterapia, nutrição, genética e neurologia promoveram um amplo e importante debate científico sobre o tema. Destaque para a palestra sobre genética e autismo, proferida pela médica geneticista Paula Frassinette. A diretoria do CRM-PB foi representada pelos conselheiros João Modesto e Bruno Leandro de Sousa.



CRM esteve presente nas atividades relativas ao Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo

# EDUCAÇÃO MÉDICA OFERECE CONTEÚDO CIENTÍFICO ATUALIZADO E GRATUITO

O Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB), através do projeto de Educação Médica Continuada (EMC), vem disponibilizando conteúdo científico atualizado e gratuito aos médicos do Estado. São cursos, simpósios, encontros que são realizados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Sousa.

“A necessidade de reciclagens periódicas é importante. Por isso, oferecemos revisões atualizadas de temas alusivos às patologias de maior prevalência em nosso meio, em diversas especialidades da Medicina”, ressaltou o coordenador da EMC e segundo vice-presidente do CRM-PB, João Modesto.

Os cursos da Educação Médica Continuada são gratuitos e destinados aos médicos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina e aos estudantes de Medicina. Os interessados podem se inscrever pelo site do CRM-PB ([www.crm-pb.org.br](http://www.crm-pb.org.br)). Mais informações: 2108-7212



## CRM-PB MINISTRA CURSO SOBRE MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

O médico e professor Luís Cláudio Correia ministrou em João Pessoa e Campina Grande o curso intensivo de Medicina Baseada em Evidências. O curso foi promovido pelo CRM-PB, através do Programa de Educação Médica Continuada, em parceria com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (Regional Paraíba), Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (regional Paraíba) e Sicredi. Na Capital, o evento aconteceu nos dias 29 e 30 de março e, na abertura, contou com a participação do segundo vice-presidente do CRM-PB e coordenador do Programa de Educação Médica Continuada, João Modesto, da presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (Regional Paraíba), Fátima Negri, e do diretor científico da Sociedade Brasileira de Cardiologia (Regional Paraíba), Antônio Eduardo de Almeida. Já em Campina, o curso aconteceu nos dias 10 e 11 de maio e contou com a coordenação do vice-presidente do CRM-PB, Antônio Henriques.

## CRM-PB PROMOVE CURSO SOBRE MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS TRANSMITIDAS POR INSETOS

Mais de 150 médicos e profissionais de saúde participaram no dia 26 de abril do curso sobre Malária e outras doenças transmitidas por insetos, no auditório do CRM-PB. O curso também foi ministrado em Campina Grande, no dia 17 de maio. A infectologista e professora da UFPB, Ana Isabel Vieira Fernandes, falou da importância do diagnóstico rápido para que não haja uma transmissão da doença. Neste ano, na Paraíba, foram notificados três casos autóctones da malária, no município do Conde. Técnicas da Secretaria Estadual de Saúde também expuseram dados sobre as arboviroses, como dengue, zika, chikungunya e febre amarela, mostrando como deve ser feita a notificação dessas doenças, o fluxograma para o diagnóstico, além de apresentarem o trabalho de prevenção que vem sendo feito no Estado. A capacitação faz parte das atividades do Programa de Educação Médica Continuada do CRM-PB, coordenado pelo segundo vice presidente João Modesto.



A professora Ana Isabel Vieira Fernandes destacou a necessidade de diagnóstico rápido para evitar a transmissão

# MÉDICOS E ESTUDANTES PARTICIPAM DO II ENCONTRO ÉTICO-CIENTÍFICO DE SOUSA

O II Encontro Ético Científico do Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB), realizado no auditório da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – campus Sousa, entre os dias 6 e 8 de junho, promoveu debates, conferências, discussão, roda de conversa com os estudantes, apresentação artística e ainda uma homenagem a médicos da região com mais de 50 anos de profissão. O encontro fez parte do Programa de Educação Médica Continuada, realizado pelo CRM-PB.

De acordo com o presidente do CRM-PB, o evento superou as expectativas e foi muito bem recebido pelos participantes. “Começamos o encontro homenageando grandes profissionais que marcaram a história da saúde de Sousa. São profissionais que salvaram muitas vidas e estão trabalhando para fazer de Sousa uma grande cidade. Reconhecer o trabalho destes profissionais é uma obrigação”, disse o presidente.

Ele ainda destacou a oportunidade de diálogo entre os médicos, estudantes de Medicina e o CRM. “Fizemos um debate muito interessante com os jovens médicos e também os médicos com um tempo maior de experiência na carreira, que nos colocaram, em primeiro, quais são os problemas que estão enfrentando no seu dia a dia. Posso dizer que o Conselho de Medicina aprendeu muito mais do que pode contribuir”, ressaltou.

A palestra sobre telemedicina ministrada pelo presidente do CRM-PB, Roberto Magliano, e as homenagens a médicos da região de Sousa iniciaram o evento, na quinta-feira (6), à noite. Na sexta



II Encontro Ético Científico foi realizado entre os dias 6 e 8 de junho, no auditório da UFCG, em Sousa

(7) pela manhã, o evento começou com uma palestra ministrada pelo diretor do Departamento de Fiscalização do CRM-PB, João Alberto Morais Pessoa, presidida pelo médico Mizael Fernandes. Na palestra, João Alberto destacou os casos mais graves encontrados nas vistorias realizadas nas unidades de saúde do Estado, como problemas de infraestrutura, higiene, falta de medicamentos e superlotação.

Logo após, foi realizada uma roda de conversa entre médicos, conselheiros e estudantes de medicina. O estudante de medicina da Faculdade Santa Maria, Luiz Arthur, destacou a importância do evento para região. “O encontro vai além da proposta das discussões “ético científicas”, ele está colaborando para o alicerce do jovem médico”, disse.

Na tarde da sexta-feira, o evento contou com conferência sobre antibioticoterapia, ministrada pela infectologista Ana Isabel e presidida pelo médico Pablo Leitão,

além de uma palestra sobre vacinação ministrada pelo pediatra Bruno Leandro e presidida pelo médico Philipe Oliveira. O dia foi finalizado com a palestra sobre oncologia, proferida pelo vice-corregedor do CRM-PB Klecius Leite Fernandes e presidida pela médica Ana Beatriz Sarmento.

No sábado (8), três palestras finalizaram o evento. A primeira teve como tema a malária, foi presidida pelo médico Ricardo Rocha e ministrada pela médica Ana Isabel Fernandes. A segunda sobre transtornos da ansiedade contou com a médica Márcia Santos como conferencista e foi presidida por Helda Pires. O evento foi encerrado com a palestra “Manifestações psiquiátricas em doenças clínicas”, com a médica Márcia Santos.

O encontro foi uma realização do Conselho Regional de Medicina da Paraíba e teve como parceiros a Sicredi Sousa, Unimed Sousa, a Prefeitura de Sousa e o Hospital Metropolitano de Patos.

# CRM-PB É CONTRA A ABERTURA DE NOVAS ESCOLAS DE MEDICINA

O CRM-PB não concorda com a liberação da oferta de novos cursos de Medicina, nem novas vagas, em instituições de ensino superior em todo o país. A abertura de novos cursos está suspensa desde o ano passado, quando o governo do ex-presidente Michel Temer decidiu que era necessário avaliar e adequar a formação médica no Brasil. Na última sexta-feira (7), no entanto, o Ministério da Educação (MEC) sinalizou que estuda liberar novas vagas e cursos no segundo semestre deste ano.

“O CRM-PB se posiciona totalmente contrário a esta liberação do MEC. Já temos muitas escolas de Medicina no país, mas elas estão nos grandes centros. É preciso interiorizar os médicos. Essa lógica

de tentar resolver o problema ‘por transbordamento’ não corrige a desigualdade na distribuição destes profissionais. Para interiorizar, é necessário uma política que dê condições para fixar os médicos nas pequenas cidades. Propomos uma carreira de estado para médicos, com melhores salários e estabilidade no emprego”, afirmou o presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes.

De acordo com a Demografia Médica 2018, do Conselho Federal de Medicina (CFM), há 289 escolas de Medicina no país, que ofertam 29.271 vagas. Na Paraíba, são nove escolas (três públicas e seis privadas), oferecendo 975 vagas. O número de vagas por 100 mil habitantes da Paraíba é quase o dobro

da média nacional. No estado paraibano, são 24,2 vagas por 100 mil habitantes, número inferior apenas ao do Tocantins. No país, há 14,1 vagas por 100 mil habitantes e no Nordeste, este índice é de 12,6. A proporção de médicos por habitantes em João Pessoa é semelhante à da Suíça.

A intenção de liberar novas vagas e cursos de Medicina pelo MEC foi exposta durante o XII Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em Belo Horizonte, na última sexta-feira (7), pelo diretor de Regulação da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC, Marco Aurélio de Oliveira.

## III SIMPÓSIO PARAIBANO DE CARDIOMETABOLISMO



O CRM-PB, em parceria com a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia e a Sociedade Brasileira de Cardiologia – Regionais Paraíba, realizaram no dia 16 de março o III Simpósio Paraibano de Cardiometabolismo. O evento contou com a participação dos médicos Ruy Lyra (PE), Daniel Branco de Araújo (SP) e Helman Campos Martins (PB).

## CURSO DE EMERGÊNCIAS OBSTÉTRICAS



Nos dias 15 e 16 de fevereiro, o CRM-PB realizou o curso de Emergências Obstétricas do Programa de Educação Médica Continuada, em João Pessoa. A capacitação reuniu mais de 150 participantes e teve como professores os médicos Francisco Lázaro P de Souza (SP), Álvaro Luiz Lage Alves (MG) e Lucas Barbosa da Silva (MG).

## JOÃO MEDEIROS ASSUME PRESIDÊNCIA DA APMED

O conselheiro e ex-presidente do CRM-PB, João Medeiros Filho, assumiu a presidência da Academia Paraibana de Medicina (APMED), no dia 19 de dezembro de 2018, em sessão solene. A ocasião também marcou a celebração do 38º aniversário da APMED e posse da diretoria para o biênio 2018-2020.

Criada com o objetivo de promover e estimular as atividades médicas que visam a elevação científica e cultura da classe, a APMED é constituída de 40 cadeiras, sendo seus patronos escolhidos entre médicos paraibanos que se destacaram em suas vidas profissionais, engrandecendo a Medicina paraibana.

# FALTA DE MATERNIDADES CAUSA SUPERLOTAÇÃO E AUMENTO DA MORTALIDADE MATERNA NA PARAÍBA

Quase 60% dos partos realizados na Paraíba são feitos nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. Dos 223 municípios paraibanos, 116 não realizam este procedimento e a grande maioria das mulheres do interior do Estado tem sido encaminhada para o Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA), em Campina Grande. Esses dados fazem parte de um estudo realizado pelo Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB), coordenado pelo vice-presidente do órgão, o obstetra Antônio Henriques.

"Esta concentração de maternidades e profissionais nas duas maiores cidades do Estado causa superlotação e problemas graves na assistência às mães e seus bebês", destaca o médico. De acordo com o "Observatório da Criança", publicado pela Fundação Abrinq, em abril deste ano, a Paraíba é o terceiro estado do Brasil com o maior número de mortes de mães: a cada 100 mil partos de nascidos vivos, há 87,4 óbitos. O estado está distante da meta de 35 óbitos estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para discutir este problema, o CRM-PB realizou uma audiência pública, no início de dezembro do ano passado, na delegacia do Conselho em Campina Grande, com representantes do poderes públicos. Além de debater estes dados, a sessão propôs uma nova maternidade pública em Campina Grande.

Segundo o vice-presidente do CRM-PB, o problema se torna mais grave em Campina Grande por concentrar pacientes vindas do



Audiência pública reuniu representantes do poderes públicos e propôs uma nova maternidade pública em Campina Grande

interior paraibano e ainda de estados vizinhos. Além disso, a cidade conta apenas com uma maternidade pública, o ISEA. "Há uma estrutura hospitalar insuficiente no interior do estado, com equipes incompletas para a assistência obstétrica. Também houve fechamento de leitos obstétricos nos municípios de pequeno e médio porte. Tudo isso vem contribuindo para o agravamento do problema", explicou.

**Estudo do CRM-PB** - O estudo realizado pelo CRM-PB e intitulado de "Assistência ao parto na Paraíba" foi realizado no mês de outubro de 2018, a partir de dados do Data SUS (Departamento de Informática do Ministério da Saúde) de 2016

"Constatamos que as pacientes fazem uma verdadeira peregrinação para terem seus bebês. Dos 223 municípios paraibanos, 116 não realizaram nenhum parto no ano de 2016. Ainda temos dados que mostram que 61 municípios fizeram apenas um parto por mês", afirmou Antônio Henriques. Enquanto isso, João Pessoa e Campina Grande realizaram 58% dos partos do Estado.

O estudo também detalhou o número de leitos nas maternidades das principais cidades paraibanas. João Pessoa possui 287 leitos públicos e Campina Grande, 215. São as duas únicas cidades que possuem UTI materna e neonatal, além de leitos para partos de alto risco.

**Plano Integrado de Enfrentamento à Sífilis** - A Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa lançou no final do ano passado o Plano Integrado de Enfrentamento à Sífilis, em parceria com o CRM-PB, Coren, CRF, MPF, MPE, SES e Samu. No Dia D do evento, 8 de dezembro, foram realizadas diversas ações no Parque Solon de Lucena, em João Pessoa, com testes rápidos e orientações médicas e multiprofissionais.

No dia 6 de dezembro, o plano foi apresentando a mais de 800 profissionais da atenção primária de João Pessoa, como médicos, agentes comunitários de saúde, farmacêuticos, técnicos de enfermagem e enfermeiros representantes das 200 equipes de saúde da família.

# PARAÍBA GASTA R\$2,50 AO DIA COM A SAÚDE DE CADA HABITANTE

Para cobrir as despesas com a saúde dos mais de 4 milhões de paraibanos, o governo, em seus três níveis de gestão (federal, estadual e municipal), utiliza R\$2,50 por dia para cada habitante. Esse é o resultado de uma análise detalhada das informações mais recentes disponíveis, relativas às contas públicas do segmento em 2017. Segundo o cálculo inédito feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a partir de dados oficiais, naquele ano, o gasto por habitante com saúde na Paraíba foi de R\$ 912,11. Os dados do Estado estão abaixo dos nacionais, deixando a Paraíba na base do ranking, na 18ª posição dos 26 estados.

No país, o valor gasto com a saúde de cada um dos 207 milhões de brasileiros em 2017 foi de R\$ 1.271,65, ou seja, R\$ 3,48 por dia. Entre os 26 estados, esse valor varia de R\$ 703,67 no Pará, a R\$ 1.771,13, em Roraima. Esses montantes resultam da soma de recursos de impostos e transferências constitucionais da União a cada uma das unidades federativas e do que é dispensado também pelos Estados e Municípios, com recursos próprios para pagamento de despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Essas despesas são voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, a

princípios da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990).

Para o presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes, o valor nacional e, principalmente da Paraíba, é insuficiente para as demandas crescentes da população. "Os indicadores de saúde e as más condições de trabalho mostram que os valores gastos com a saúde ainda estão muito abaixo do ideal", destacou. Além do subfinanciamento, outro ponto destacado por ele é a má gestão dos recursos orçamentários disponíveis. Entre 2003 e 2017, o Ministério da Saúde deixou de aplicar quase R\$ 174 bilhões do que havia previsto.

## JOÃO PESSOA É A 8ª CAPITAL DO PAÍS COM MENOR GASTO PER CAPITA EM AÇÕES DE SAÚDE

Dentre as capitais brasileiras, João Pessoa ocupa o oitavo lugar no ranking das prefeituras que tem o menor gasto per capita em ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios dos municípios. Considerando-se apenas as capitais da região Nordeste, João Pessoa fica com o terceiro lugar de menor investimento. Esses dados fazem parte de uma análise feita pelo CFM sobre as contas da saúde, declaradas no Sistema de Informações sobre os Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), do Ministério da Saúde, em 2017.

O levantamento mostra também os dados de anos anteriores. No caso de João Pessoa, os gastos diminuíram nos últimos quatro anos analisados. Enquanto que em 2013, a prefeitura investiu R\$383,55 por cada um de seus mais de 800

mil habitantes, em 2017, esse investimento caiu para R\$326,99. "Esses valores são insuficientes para as demandas crescentes da população. Os indicadores de saúde e as más condições de trabalho mostram que os valores gastos com a saúde ainda estão muito abaixo do ideal", ressaltou o presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes.

Assim como no país, na Paraíba, os municípios com menor número de habitantes arcam com uma despesa per capita maior. As cinco cidades com maior gasto per capita em ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios dos municípios tem em torno de 2 mil habitantes: Parari, Coxixola, São José do Brejo do Cruz, Quixabá e Zabelê. Já as cidades com menor gasto são Sousa, Itabaiana, Mari, Triunfo e Mamanguape.

Analisando-se apenas as oito cidades paraibanas mais populosas, as prefeituras que mais investiram em saúde em 2017 foram: Cabedelo, João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita, Patos, Cajazeiras e Sousa.

**Ranking nacional** – Cerca de 2.800 municípios brasileiros gastaram menos de R\$ 403,37 na saúde de cada habitante durante o ano de 2017. O levantamento do CFM também mostrou que, entre os mais altos valores per capita em 2017, estão os das duas menores cidades do País. Com apenas 839 habitantes, Borá (SP) aplica R\$ 2.971,92. Em segundo lugar, aparece Serra da Saudade (MG), cujas despesas em ações e serviços de saúde alcançaram R\$ 2.764,19 por pessoa.



## SAEME

O Sistema de Acreditação de Escolas Médicas - SAEME, um instrumento de avaliação de cursos de Medicina capitaneado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), recebeu o status de reconhecimento da World Federation for Medical Education (WFME) – uma instituição mundial composta por seis federações de educação médica, uma de cada continente. O período de reconhecimento é de dez anos, até 30 de abril de 2029. A medida confere um selo de qualidade internacional ao Saeme e também o eleva à condição de única acreditadora de escolas médicas brasileiras das quais deverão advir os egressos que desejem submeter-se ao exame da ECFMG (Educational Commission for Foreign Medical Graduates). Vitória para o Brasil com o imenso apoio do Conselho Federal de Medicina e da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM)!

## CFM apresenta primeiro levantamento com Fiscalizações em Hospitais

Em 102 salas cirúrgicas fiscalizadas pelos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), em 2018, um total de 33% não tinha foco cirúrgico com bateria; 22% não possuíam negatoscópio para a leitura de imagens; 16% também não contavam com carro para anestesia ou monitor de pressão não invasivo; e 12% não dispunham de equipamentos básicos como fio guia e pinça condutora, entre outros problemas.

## Fórum de Cirurgia

No dia 3 de maio, durante o XXXIII Congresso Brasileiro de

Cirurgia, ocorreu o III Fórum de Cirurgia Geral do Conselho Federal de Medicina – Câmara Técnica de Cirurgia do CFM. O evento aconteceu no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF) e discutiu temas como o mercado de trabalho e as competências das especialidades cirúrgicas.

## Fórum Médico Jovem

A garantia de condições para buscar uma vida plena, com vigilância e autocuidado frente à qualidade de vida, atividade física, os caminhos e desafios foram discutidas em Teresina (PI), na Jornada de integração e vivência do médico jovem. Ao final do encontro, os participantes ressaltaram a necessidade de criação de Comissões de Integração dos médicos jovens em todos os 27 Conselhos Regionais de Medicina do País.

## Fórum Ensino Médico 30/31

A qualidade do internato e a valorização dos preceptores nortearam as discussões do X Fórum Nacional de Ensino Médico, promovido pelo CFM, nos dias 30 e 31 de maio, em Fortaleza.

## Conselho Federal de Medicina e Ministério Público Federal

O CFM e o Ministério Público Federal (MPF) caminham para o estabelecimento de uma agenda conjunta em temas de saúde. A intenção foi formada durante audiência na sede da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), em Brasília (DF). Participaram do encontro o corregedor do CFM, José Fernando Vinagre, e a subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, além do assessor jurídico do CFM,

Turibio Pires, e, via teleconferência, membros do Grupo de Trabalho (GT) sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

## Comissão de Assuntos Políticos do CFM

Por meio da Comissão de Assuntos Políticos (CAP), CFM, AMB, FENAM e FMB vêm desenvolvendo, no âmbito do parlamento brasileiro, ação de aproximação levando o posicionamento dos médicos sobre as grandes questões nacionais que por ali transitam. A Comissão atua presencialmente junto aos relatores de cada projeto que julga relevante, esclarecendo os parlamentares com argumentos técnicos, apresentando pareceres para as matérias de Saúde e Medicina que tramitam no Congresso Nacional. Todo o trabalho é divulgado por meio da Agenda Parlamentar da Saúde Responsável, uma publicação que reúne todos os projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e Senado Federal cujo conteúdo se relaciona ao exercício da Medicina e à oferta de assistência em saúde aos cidadãos. A Agenda abrange desde Projetos de Lei sobre piso salarial do médico, abertura de escolas de medicina, Avaliação do egresso, Revalida, além de projetos que claramente colidem com o ato médico.

# EVENTO DISCUTE USO DE REDES SOCIAIS E PUBLICIDADE MÉDICA

O CRM-PB realizou, no dia 27 de abril, em sua sede em João Pessoa, o I Fórum sobre Publicidade Médica. O evento, direcionado a médicos, publicitários e profissionais de áreas correlatas discutiu o atual cenário da publicidade médica na Paraíba, sua regulamentação e legislação, além de diversos aspectos sobre o uso ético das mídias sociais para divulgar ciência e o trabalho profissional dos médicos. O principal objetivo do evento foi informar aos profissionais a melhor forma de divulgar seu trabalho sem infringir a resolução CFM 2.126/2015, que orienta como os médicos devem proceder para não ferir o código de ética médica e garantir sua proteção e da população.

O evento foi aberto pelo presidente do CRM-PB, Roberto Magliano de Moraes, que falou que a nova diretoria tem discutido bastante este tema e que a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame) tem sido bastante atuante na Paraíba. "O nosso objetivo não é cercear a divulgação do trabalho médico, mas organizar e informar o que pode ser feito de forma ética. Acredito que, pela ética, todos podem ser beneficiados", afirmou o presidente do CRM-PB.

O diretor do Departamento de Fiscalização do Conselho Federal de Medicina (CFM), Emmanuel Fortes, falou sobre as bases legais que ditam as normas da propaganda médica. "O CFM é uma autarquia federal e trabalha com base na lei. Todas as resoluções são elaboradas de acordo com a lei, pois temos responsabilidades com a saúde pública", destacou Emmanuel Fortes. Ele afirmou que as regras da propaganda médica é respaldada pelo Decreto Lei 4.113/42. "Pegamos



I Fórum sobre Publicidade Médica discutiu aspectos legais da publicidade médica

essa base legal e trazemos para a contemporaneidade em nossa Resolução", completou.

Ele ainda ressaltou que o CFM recebe mais de mil consultas por ano sobre as regras de publicidade. "Os Conselhos de Medicina e os médicos em geral sempre dão suas contribuições para aprimorarmos as normas, em reuniões regulares que fazemos", disse. Por exemplo, utilizar as redes sociais para a divulgação de preços e formas de pagamento, bem como promoções de serviços e clínicas médicas, é vedado. Também não se pode usar fotos que mostram o "antes e depois" de cirurgias, tratamentos e procedimentos estéticos, mesmo que conte com a autorização do paciente. "É preciso ter prudência, evitar auto promoção e sensacionalismo", acrescentou.

Após a palestra do diretor de fiscalização do CFM, os publicitários Maeve Nóbrega e Rayner Holmes falaram sobre a importância do marketing e como fazer na prática de acordo com a ética médica. "A publicidade é uma das ferramentas para vender um serviço. Qual seria o melhor caminho para o médico? Como fazer para se destacar de

forma ética? Hoje temos muitas formas de comunicação. É preciso estudar cada caso para ver que ferramenta traz melhor resultado", disse Maeve Nóbrega.

O publicitário Rayner Holmes destacou que é preciso se destacar no mercado, mas não se deve usar apenas antigas estratégias para se atingir novos objetivos. "É preciso planejamento e informações sobre seu público alvo, ou seja, seus pacientes. Não se pode abandonar os dados básicos dos pacientes, mas temos que lembrar que agora eles são conectados em outras formas de comunicação", disse. Ele citou ferramentas importantes como Google, Youtube, Facebook, Instagram, Whatsapp. "Todos podem ter acesso a essas plataformas. O grande desafio é como fazer um anúncio relevante. É um novo mundo que está à disposição para ser usado por todos nós", completou Rayner.

Após as palestras, os participantes puderam participar de um amplo debate, questionando e tirando dúvidas com os palestrantes. O diretor de fiscalização do CFM ressaltou que as normas podem ser acessadas no portal do [www.cfm.org.br](http://www.cfm.org.br).

# NOVO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA ESTABELECE LIMITES, COMPROMISSOS E DIREITOS PARA PROFISSIONAIS NO PAÍS

O respeito à autonomia do paciente, inclusive na fase da terminalidade da vida; a preservação do sigilo profissional na relação entre médico e paciente; o direito de o médico exercer a profissão de acordo com sua consciência; e a possibilidade de recusa de atender em locais com condições precárias, que expõem ao risco pacientes e profissionais. Esses são alguns dos pontos do novo Código de Ética Médica

apresentado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e que entrou em vigor no dia 30 de abril. Trata-se da versão atualizada de um conjunto de princípios que estabelece os limites, os compromissos e os direitos assumidos pelos médicos no exercício da profissão.

Essa é a etapa final de um processo de quase três anos de discussões e análises que atualizaram a versão anterior que vigorava desde abril de 2010

(Resolução CFM Nº 1.931/2009). Os debates, que foram abertos à participação de toda a categoria médica – seja por meio de entidades ou pela manifestação individual dos profissionais – permitiram modernizar o texto anterior, incorporando artigos que contemplam mudanças decorrentes de avanços científicos e tecnológicos, assim como novos contextos na relação em sociedade.

**Avanços** – Para facilitar a compreensão das novas diretrizes, o novo texto mantém o mesmo número de capítulos, que abordam princípios, direitos e deveres dos médicos. Entre as principais novidades está o respeito ao médico com deficiência ou doença crônica, assegurando-lhe o direito de exercer suas atividades profissionais nos limites de sua capacidade e também sem colocar em risco a vida e a saúde de seus pacientes. Também ficou definido que o uso das mídias sociais pelos médicos será regulado por meio de resoluções específicas, o que valerá também para a oferta de serviços médicos à distância mediados por tecnologia.

**Placebo e Sigilo** - No âmbito das pesquisas em medicina, o novo Código de Ética Médica manteve a proibição do uso do placebo de maneira isolada em experimentos, quando houver método profilático ou terapêutico eficaz. Outro avanço incorporado ao Código é a obrigação da

elaboração do sumário de alta e entrega ao paciente quando solicitado (documento importante por facilitar a transição do cuidado de uma forma mais segura, orientando a continuidade do tratamento do paciente e realizando a comunicação entre os profissionais e entre serviços médicos de diferentes naturezas). Da mesma forma, o CEM autoriza o médico, quando for requisitado judicialmente, a encaminhar cópias do prontuário sob sua guarda diretamente ao juízo requisitante. No código anterior, esse documento deveria ser disponibilizado ao perito médico nomeado pelo juiz.

**Tradição** – O processo de revisão do CEM aliou o espírito inovador à preservação dos princípios deontológicos da profissão. Entre as diretrizes mantidas, estão a consideração à autonomia do paciente e o respeito à sua dignidade quando em estado terminal, a preservação do sigilo médico-paciente e a proteção contra conflitos de interesse na

atividade médica, de pesquisa e docência.

**Diretrizes** - “Tanto na revisão do Código realizada em 2009, como desta vez, mantemos fiéis às diretrizes norteadoras estabelecidas em 1988, baseadas na dignidade humana e na medicina como a arte do cuidar”, ressalta o coordenador da Comissão Nacional de Revisão do Código de Ética Médica e presidente do CFM, Carlos Vital. Com o intuito de assegurar o cumprimento do Ato Médico, o Código de Ética garante ainda a valorização do prontuário como principal documento da relação profissional; a proibição à cobrança de honorários de pacientes assistidos em instituições que se destinam à prestação de serviços públicos; e o reforço à necessidade de o médico denunciar aos CRMs aquelas instituições públicas ou privadas que não ofereçam condições adequadas para o exercício profissional ou não remunerem digna e justamente a categoria.